Internacional

JAPÃO É a primeira vez, em dois séculos, que um imperador cederá sua função ainda vivo

No império da harmonia

AFP

TÓQUIO – Após 30 anos e cinco meses, o reinado do imperador japonês, Akihito, chegará ao fim nesta terça-feira (30), quando ele abdicar do trono a favor de seu filho mais velho, o príncipe herdeiro Naruhito, que se tornará o 126º soberano do trono.

A partir de 1º de maio, o Japão entra no ano um da nova era imperial Reiwa (bela harmonia), após três décadas da era Heisei (realização da paz).

É a primeira vez em dois séculos que um imperador japonês cederá sua função ainda vivo, em virtude de uma lei de exceção escrita sob medida para Akihito.

Em 2016, este último manifestou seu desejo de deixar o cargo, o qual não conseguia mais "exercer de corpo e alma", devido à sua idade avançada (hoje ele tem 85 anos) e a uma saúde em declínio.

A data da abdicação e o conjunto de disposições relativas a esse acontecimento foram decididos pelo governo, sem interferência da família imperial.

A população japonesa se prepara para festividades históricas e quase inéditas. Desta vez, a nação não está em luto pelo falecimento de um soberano, como aconteceu nas sucessões anteriores.

TOSHIFUMI KITAMURA/AFP

SUCESSÃO O príncipe Naruhito vai herdar o trono de Akihito

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

ATIVO	NOTAS	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.672.509	10.993.471
Créditos a Receber	5	19.231.249	14.815.695
Convênios SES a Receber	5	124.389.729	0
Adiantamentos	5	1.625.240	1.310.099
Impostos a Recuperar	6	825.480	857.336
Estoques	7	1.790.729	1.729.965
Despesas Antecipadas		36.726	112.278
		154.571.661	**29.818.843**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	8	455.538	457.288
Convênios SES a Receber	5	150.479.335	0
Imobilizado (-) Depreciação acumulada	9	52.728.973	53.319.907
Intangível (-) Amortização acumulada		8.284	8.284
Imobilizado (-) Depr acumulada Terceiros	9.1	541.294	0
		204.213.424	**53.785.480**
TOTAL		**358.785.085**	**83.604.323**

PASSIVO	NOTAS	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	10	6.780.373	6.963.441
Emprestimos e Financiamentos	11	4.149.460	6.136.362
Obrigações Trabalhistas	12	5.063.616	4.896.606
Provisões	13	8.592.237	8.552.945
Obrigações Sociais	14	4.868.950	5.029.389
Obrigações Fiscais	15	2.380.884	2.667.824
Outras Obrigações	16	4.117.841	3.708.935
Convênio SES a Realizar	17	124.389.729	0
Obrigações Bancárias	11	274.456	214.984
		160.617.545	**38.170.486**
Não Circulante			
Emprestimos e Financiamentos	11	14.527.676	14.864.725
Convênio SES a Realizar LP	17	150.479.335	0
Outras Contas a Pagar	16	294.024	287.930
Obrigações Fiscais LP	15	95.147	195.669
Obrigações Sociais LP	14	1.087.760	451.151
Provisões LP	13	167.141	116.978
Bens de Terceiros (-) Depr Acumulada	9.1	541.294	0
		167.192.377	**15.916.453**
Patrimônio Liquido	20		
Patrimônio Social		24.021	24.021
Ajuste de Valor Patrimonial		49.729.754	49.729.754
Déficit/Superávit Acumulados		-18.778.611	-20.236.390
		30.975.163	**29.517.384**
TOTAL		**358.785.085**	**83.604.323**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	NOTAS	2018	2017
RECEITAS	21	**158.309.713**	**152.086.137**
Receitas sem Restrição		53.915.572	53.362.647
Receitas Com Restrição		104.394.141	98.723.490
(-) CUSTOS DIRETOS	22	**-133.701.798**	**-123.845.380**
(-) Custos Diretos sem Restrição		-43.430.985	-37.935.716
(-) Custos Diretos com Restrição		-90.270.813	-85.709.664
LUCRO BRUTO		**24.607.915**	**28.440.757**
DESPESAS OPERACIONAIS		**-20.993.763**	**-26.313.669**
Despesas Administrativas	23	-20.452.034	-25.808.784
Despesas com Vendas		-4.284	-2.975
Despesas Tributárias		-423.908	-390.008
Trabalho Voluntário		-113.536	-111.902
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**955.455**	**1.700.744**
Receitas Diversas	24	955.455	1.700.744
Contr. Previdenciária-Decreto 8.242	18	22.825.516	23.650.422
Contr. Previdenciária-Decreto 8.242	18	-22.825.516	-23.650.422
RESULTADO OPERACIONAL		**4.569.607**	**3.827.831**
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		**-3.953.085**	**-1.803.502**
Receitas Financeiras		1.150.947	1.449.887
Despesas Financeiras		-5.104.032	-3.253.390
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**616.522**	**2.024.329**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO	Patrimônio Social	Ajuste de Valor Patrimonial	Resultado do Período Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.021	49.729.754	-20.309.845	29.443.930
Ajustes de Exercícios Anteriores			-1.950.875	
Superávit do Exercício			2.024.329	2.024.329
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.021	49.729.754	-20.236.391	29.517.384
Ajustes de Exercícios Anteriores			841.256	
Superávit do Exercício			616.523	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.021	49.729.754	-18.778.612	30.975.163

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2018	2017
Atividades Operacionais		
Ajuste para reconciliação do lucro liquido		
Déficit/Superávit do Exercício	616.522	2.024.329
Ajustes de exercícios anteriores	841.256	-1.950.875
	1.457.779	**73.454**
(Aumento) diminuição de Ativos		
Créditos a Receber	-129.120.423	4.156.690
Impostos a Recuperar	31.856	-86.458
Estoques	-60.765	-1.816
Despesas Antecipadas	75.552	-66.616
Realizável	-150.477.585	2.094.650
	-279.551.365	**6.096.451**
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	-183.068	-5.278.486
Obrigações Trabalhistas	167.011	-42.172
Provisões	39.293	722.090
Obrigações Sociais	-160.440	-372.719
Obrigações Fiscais	-288.940	319.340
Outras Obrigações	124.858.107	-237.849
Debitos	151.612.973	-2.280.108
	276.046.936	**-7.169.903**
Total das Atividades Operacionais	**-2.046.651**	**-999.997**
Atividades de Investimentos		
Adições/Baixas do Imobilizado (Liquido)	590.934	871.176
Adições/Baixas do Imobilizado Terceiros (Liquido)	-541.294	0
Adições/Baixas do Intangível (Liquido)	0	2.614
Total das Atividades de Investimentos	**49.641**	**873.790**
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	-2.323.952	-1.191.567
Total das Atividades de Investimentos	**-2.323.952**	**-1.191.567**
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	**-4.320.963**	**-1.317.774**
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	10.993.471	12.311.246
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	6.672.509	10.993.471
Variação no Caixa e Equivalentes	**-4.320.963**	**-1.317.774**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA)** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselhos, curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade(Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

b) Estoques -Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.

c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.

d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, das taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens

e) Fornecedores – São, inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

f) Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.

g) Receitas e despesas – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

h) Demonstração dos fluxos de caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.

o) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2018	2017
Fundo Fixo	18.700	18.700
Caixa	450	450
Banco Conta Movimento	513.339	4.915.933
Aplicações Financeiras	6.140.020	6.058.388
TOTAIS	**6.672.509**	**10.993.471**

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER, ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	2018	2017
Créditos de Convênios	1.582.578	1.894.712
Créditos de Pacientes SUS	1.073.529	1.328.739
Créditos c/ Hemodiálise	1.144.450	1.150.777
Créditos c/ pacientes UTI	973.016	1.364.010
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA CX (*)	2.587.199	2.584.872
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA ND (*)	1.582.539	998.992
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	5.992.266	3.616.635
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	2.921.328	1.625.583
Outras	1.374.342	451.375
TOTAIS	**19.231.249**	**14.815.695**

	2018	2017
Adiantamento de Ordenados	288.980	281.540
Adiantamento de Férias	339.921	242.077
Adiantamento de Tratamento Odontologico	34.293	34.174
Adiantamento de 13º salario	1.826	6.562
Adiantamento de Fornecedores	960.219	745.746
TOTAIS	**1.625.240**	**1.310.099**

(*) Durante o exercício de 2018 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, onde acumuladamente excederam em R$ 5.992.266 R$ 2.921.328 R$ 2.587.199 e R$ 1.582.539, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a ser restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição.

Convênios SES:

Os valores individualizados a receber em 31 de dezembro de 2018 de cada um dos contratos de gestão ou convênios com órgãos públicos encontram-se apresentados de forma analítica na tabela abaixo:

	2018	2017
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	19.239.772	0
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	24.481.156	0
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	20.078.212	0
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	60.590.589	0
TOTAIS	**124.389.729**	**0**

LONGO PRAZO	2018	2017
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	88.153.217	0
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	41.417.304	0
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	4.419.710	0
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	16.489.104	0
TOTAIS	**150.479.335**	**0**

A Contabilização dos recursos públicos oriundos de Convênios e Contratos de Gestão seguem, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos destes Convênios e Contratos de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não preveem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.

A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão de convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar de longo prazo, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Convênios SES a receber - (Ativo Circulante e não Circulante) e Convênios SES a realizar (Passivo Circulante e não circulante).

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
ISS a Recuperar	20.281	16.260
IRRF a Recuperar	485.577	637.838
INSS a Recuperar	151.746	139.555
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	30.213	29.336
PIS a Recuperar	24.634	24.634
FGTS a Recuperar	113.030	9.712
TOTAIS	**825.480**	**857.336**

7. ESTOQUES

	2018	2017
Drogas e Medicamentos	599.020	559.890
Materiais de uso do paciente	565.962	445.180
Gêneros Alimentícios	71.384	65.945
Produtos de Lavanderia	16.714	44.358
Produtos de Limpeza	32.202	22.036
Materiais de manutenção	56.078	57.780
Impressos e materiais didáticos	103.102	107.499
Materiais de laboratórios	28	145
Empréstimos Materiais Hospitalares	138.942	126.880
Materiais de Natureza Permanente	206.547	34.559
Combustíveis	308	1
Oxigênio	0	0
Órtese e Prótese	442	84
Doação Mercadorias Apreendidas RFB	0	265.606
TOTAIS	**1.790.729**	**1.729.965**

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZAVEL A LONGO PRAZO

	2018	2017
Deposito Judicial	161.514	169.359
Outras Contas A Receber – HML	46.144	37.875
Outras Contas A Receber – UPA CAXANGÁ	40	2.376
Outras Contas A Receber - UPA Nova Descoberta	247.841	247.679
TOTAIS	**455.538**	**457.288**

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber dos contratos de gestão administrados pela Fundação.

9.IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

CONTAS	TX%	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	4%	10.535.392	1.196.333	9.339.058	9.674.069
Hereditórias	4%	17.028	2.043	14.985	15.666
Terrenos		38.564.893	0	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	10%	3.937.643	1.934.306	2.003.337	2.566.724
Instrumentos de medicina e cirurgia	10%	969.861	472.864	496.997	593.983
Equipamentos de proc. de dados	20%	218.224	137.841	80.383	75.858
Móveis e Utensílios	10%	1.273.998	466.504	807.494	853.050
Veículos	20%	379.316	254.503	124.813	200.676
Equipamentos de fisioterapia	10%	17.199	8.609	8.590	10.310
Equipamentos de comunicação	10%	2.660	664	1.996	2.262
Máquinas e Equipamentos	10%	3.008.153	1.375.791	1.877.362	1.633.592
TOTAIS		**58.919.368**	**5.598.459**	**53.319.907**	**54.191.082**

9.1 IMOBILIZADO DE TERCEIROS

CONTAS	TX%	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Equipamentos de proc. de dados	20%	61.297	12.239	48.957	0
Móveis e Utensílios	10%	234.896	23.490	211.407	0
Máquinas e Equipamentos	10%	312.143	31.214	280.929	0
TOTAIS		**608.337**	**66.943**	**541.294**	**0**

O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela Fundação através de Contratos de Gestão é composto por bens de terceiros, adquridos com recursos destes contratos e convênios que no término da vigência contratual são devolvidos para o órgão parte da parceria. No exercício de 2018, após realização de inventário do ativo imobilizado realizado pela SEAF – Secretaria Executiva de Administração e Finanças, foram reconhecidos os valores do Ativo Imobilizado da Unidade UPA Caxangá.

10. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.200.305	2.462.002
Fornecedores de serviços médicos – PJ	890.974	770.716
Fornecedores de serviços diversos	2.701.668	2.484.822
Fornecedores de serviços médicos – PF	987.429	1.245.900
TOTAIS	**6.780.373**	**6.963.441**

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	5.821.409	27.281.700	6.634.769	35.398.656
Grandes Armazéns do Recife	1.600.000	0	1.600.000	0
Outros	20.461	0	34.411	0
Encargos Financeiros a Vencer	(3.271.949)	(12.754.025)	(2.068.407)	(20.534.131)
TOTAIS	**4.169.920**	**14.527.676**	**6.170.774**	**14.864.725**

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 07/12/2016 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 1,75 %a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. O contrato prevê como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Ordenados a Pagar	4.999.921	4.811.305
Rescisões a Pagar	11.384	37.834
Seguro de Vida a Pagar	7.101	11.073
Pensão Alimentícia a Pagar	7.905	5.012
Plano de Saúde- Ideal	1.451	0
Férias a Pagar	3.448	3.763
Plano de Saúde- Hapvida	30.899	27.618
13º Salario a pagar	1.507	0
TOTAIS	**5.063.616**	**4.896.606**

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

13. PROVISÕES

	2018	2017
Provisões de Férias	7.686.172	7.658.297
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	614.329	612.614
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	291.736	282.034
TOTAIS	**8.592.237**	**8.552.945**

LONGO PRAZO	2018	2017
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	99.013	48.899
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	68.127	68.079
TOTAIS	**167.141**	**116.978**

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
FGTS a Recolher	742.005	586.149
FGTS a Recolher (Parcelamento)	1.244.413	2.357.241
FGTS Passivo	2.653	91.772
INSS a Recolher	87.968	1.377.517
PIS a Recolher	353.770	7.200
Pis Parcelamento	2.307.986	37.104
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	20.728	347.075
INSS Parcelamento	84.636	174.874
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	24.791	50.458
TOTAIS	**4.868.950**	**5.029.390**

LONGO PRAZO	2018	2017
INSS a Recolher (Parcelamento) LP	29.693	111.539
PIS a Recolher LP	1.051.831	290.644
PIS a Recolher (Parcelamento) LP	0	19.604
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento) LP	6.236	29.363
TOTAIS	**1.087.760**	**451.151**

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
ISS na Fonte a Recolher	359.603	575.609
IRRF a Recolher	1.766.337	1.703.781
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	152.682	182.559
Juros a Pagar	3.462	8.635
Multas a Pagar	11.791	28.645
Parcelamento de Impostos	87.009	168.596
TOTAIS	**2.380.884**	**2.667.824**

LONGO PRAZO	2018	2017
Juros a Pagar LP	0	2.332
Multas a Pagar LP	0	11.180
Parcelamento de Impostos LP	95.147	182.157
TOTAIS	**95.147**	**195.669**

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2018 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Água a Pagar	1.865.463	1.421.936
Energia Elétrica a Pagar	1.449.282	1.302.128
Telefone a Pagar	18.688	13.018
Empréstimo Material Hospitalar	227.690	202.723
Trat. Odontológico – Funcionários	50.851	51.848
Aluguéis a Pagar	59.911	51.759
Cheque Devolvido	4.054	1.308
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	62.668	83.512
Cheque a Pagar	301.588	540.276
Nefromais (Reforma)	0	33.112
Valores a Classificar	0	15.113
Empréstimo Consignado Santander	77.647	0
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	0	-7.797
TOTAIS	**4.117.841**	**3.708.935**

LONGO PRAZO	2018	2017
Outras Contas a Pagar – Upa Nova Descoberta	247.841	247.679
Outras Contas a Pagar – Upa Caxangá	40	2.376
Outras Contas a Pagar – Hospital Maria Lucinda	46.144	37.875
TOTAIS	**294.024**	**287.930**

Outras Contas a Pagar refere-se a valores/débitos a pagar entre Matriz x Filial e Filial x Filial.

17. CONVÊNIOS A REALIZAR (ver NOTA 5)

	2018	2017
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	19.239.772	0
Convênios SES a Realizar Hospital Nazaré	24.481.156	0
Convênios SES a Realizar UPA Caxangá	20.078.212	0
Convênios SES a Realizar UPA Nova Descoberta	60.590.589	0
TOTAIS	**124.389.729**	**0**

LONGO PRAZO	2018	2017
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	88.153.217	0
Convênios SES a Realizar Hospital Nazaré	41.417.304	0
Convênios SES a Realizar UPA Caxangá	4.419.710	0
Convênios SES a Realizar UPA Nova Descoberta	16.489.104	0
TOTAIS	**150.479.335**	**0**

18.ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se refere à parte patronal. No exercício de 2017 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R$22.625.516,20.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 9.532/97.

Em agosto de 2017 nos foi concedido a tutela de evidência referente ao que dispõe o art. 311, II do C